



**Câmara Municipal de
Delfim Moreira - MG**
Concurso Público nº 01/2017

máxima
auditoria • consultoria
treinamentos

NOVA RAZÃO SOCIAL:

MB GESTÃO PÚBLICA

CADERNO DE PROVAS

Preencha com seu nome completo
Cargo Pretendido
ADVOGADO

Senhor(a) Candidato(a),

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Antes de iniciar a prova, leia com atenção as instruções abaixo:

1. Atenção: se você não assinou a lista de presença na entrada da sala, faça isso antes de iniciar a prova;
2. TODOS os seus pertences, inclusive bolsa, deverão ficar debaixo da sua mesa. Celular desligado, carteira, chaves, moedas e relógio deverão ser acondicionados na sua bolsa, mochila ou no envelope plástico disponível com o Fiscal de Sala. Deverá ficar sobre a mesa apenas CANETAS E DOCUMENTO DE IDENTIDADE;
3. Confira se este caderno de provas se refere ao cargo de sua inscrição;
4. A **Folha de Respostas** será entregue durante a realização da Prova e deverá ser imediatamente assinada, **na presença do fiscal**, com apresentação do documento de identidade;
5. Se houver alguma divergência nas informações da sua folha de respostas, informe ao fiscal;
6. Durante a prova, evite qualquer espécie de comentário, sendo vedado consultas ou utilização de calculadoras, telefones celulares, aparelhos eletrônicos, boné, chapéu ou óculos com lente escura;
7. Fique atento à sua prova e evite exposição à visão dos demais candidatos;
8. Não mexa ou utilize qualquer pertence durante a prova sem autorização do fiscal de sala;
9. Caso necessite ir ao banheiro, levante a mão e aguarde o fiscal de sala;
10. Ao se dirigir ao banheiro durante a prova você poderá ser chamado a passar pelo detector de metais;
11. Ao terminar sua Prova, transcreva as respostas assinaladas para sua Folha de Rascunho ao final deste caderno e depois para a Folha de Respostas Oficial, sempre **à caneta azul ou preta**;
12. Recomendamos máxima atenção nas marcações da Folha de Respostas Oficial, pois NÃO há 2ª via;
13. **Não dobre, não amasse e não rasure a Folha de Respostas, ela é a sua prova;**
14. Será anulada a questão que contiver rasuras, emenda, mais de 1(uma) resposta assinalada, nenhuma resposta assinalada ou resposta não assinalada à caneta, na Folha de Respostas;
15. **Ao final da prova deverão ser devolvidos ao Fiscal de Provas a Folha de Respostas e este Caderno, levando consigo a folha de rascunho, para futuras conferências.**
16. Esta prova terá duração máxima de 3 (três) horas.
17. O candidato só poderá sair de sala **após 60 minutos** do início da prova;
18. Os três últimos candidatos deverão sair juntos da sala, por medida de segurança;
19. Será dado um aviso quando restar 30 minutos para o término do horário de prova;
20. Qualquer dúvida ou necessidade dirija-se direta e exclusivamente ao Fiscal de Provas;
21. O gabarito, bem como cópia deste caderno de provas estarão disponíveis no site da empresa a partir das 15 horas do dia 16/04/2018;
22. Atenção ao sair, não se esquecer dos seus pertences pessoais.

A MB Gestão Pública Ltda. deseja a você uma BOA PROVA!

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Acerca da disciplina Mandado de Segurança assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o mandado de segurança é uma ação de fundamento constitucional pela qual se torna possível proteger o direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público ou de agente de pessoa privada no exercício de função delegada.
- b) em uma mandado de segurança a petição inicial será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.
- c) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- d) no mandando de segurança preventivo o impetrante defende seu direito contra ato do poder público já vigente e eficaz.

2. Acerca do mandado de segurança analise as assertivas e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. não caberá mandado de segurança de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- II. poderá ser concedida medida liminar em mandado de segurança que tenha por objeto a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- III. os efeitos da medida liminar concedida em sede de mandado de segurança sempre persistirão até a prolação da sentença.
- IV. do indeferimento da petição inicial em ação de mandado de segurança pelo juiz de primeiro grau caberá apelação e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal.

- a) as assertivas I e III estão corretas.
- b) as assertivas II e III estão corretas.
- c) as assertivas I e IV estão corretas.
- d) as assertivas I, II e IV estão corretas.

3. Nos termos da Lei nº 8.429 (Lei de improbidade administrativa), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa.
- b) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- c) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- d) é considerado agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

4. A Lei de Improbidade Administrativa prevê que:

- a) frustrar a licitude de concurso público constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- b) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público não configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- c) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- d) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.

5. Princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. Neste sentido assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o princípio da publicidade pode ser concretizado por meio do direito de petição, pelo qual os indivíduos podem dirigir-se aos órgãos administrativos para formular qualquer tipo de postulação.
- b) toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei, não o sendo, a atividade é ilícita.
- c) o princípio da autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa: aspectos de mérito, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede a revisão dos atos ilegais, e aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração reexamina atos anteriores quanto à oportunidade e conveniência de sua manutenção ou desfazimento.
- d) o núcleo do princípio da eficiência é a procura da produtividade e da economicidade, ou seja, a exigência de se reduzir os desperdícios de dinheiro público, impondo a execução do serviço público com presteza, perfeição e rendimento funcional.

6. Acerca dos atos administrativos analise as assertivas e assinale a opção **CORRETA**:

- I. o objeto do ato administrativo poderá ser vinculado ou discricionário.
- II. A competência administrativa é um círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade e é uma característica do ato administrativo.
- III. silêncio administrativo é a omissão da Administração Pública quando lhe incumbe manifestação de caráter comissivo.
- IV. de acordo com a Teoria dos Motivos Determinantes o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação de vontade.

- a) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- b) apenas as assertivas I e III estão corretas;
- c) todas as assertivas estão corretas;
- d) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

7. A respeito do poder de polícia assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Poder Público ao interferir na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder de polícia.
- b) A Constituição Federal brasileira autoriza os entes federativos a instituírem impostos e taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- c) O exercício do poder de polícia encontra fundamento no princípio da supremacia do interesse público.
- d) A autoexecutoriedade e a coercibilidade são características do poder de polícia.

8. **NÃO** constitui característica das sociedades de economia mista:

- a) São pessoas jurídicas de direito público;
- b) São criadas por autorização de lei;
- c) Adotam a forma de sociedade anônima;
- d) Têm como objetivo a exploração de atividades econômicas ou a prestação de serviços públicos.

9. Em relação à Administração Pública Direta, avalie as afirmativas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. na administração direta o Estado atua diretamente por meio de seus órgãos, que possuem personalidade jurídica própria e são constituídos por servidores públicos, que representam o elemento humano dos órgãos.
- II. a administração pública direta engloba o Poder Executivo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas não o Poder Legislativo e o Judiciário.
- III. É também chamada de Administração Pública Centralizada.

As afirmativas são, respectivamente:

- a) V, V e V;
- b) F, V e V;
- c) F, F e V;
- d) V, F e V.

10. Acerca das disposições da Lei 8666/90 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) sobre o sistema de regime de preço assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os preços registrados serão publicados na imprensa oficial bimestralmente para orientação da Administração.
- b) a validade do registro de preço poderá ser superior a um ano.
- c) no registro de preço a seleção será feita mediante tomada de preço.
- d) a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

11. Sobre a lei de licitações, julgue as afirmações.

- I. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual.
- II. O instrumento de contrato é obrigatório nas dispensas e inexigibilidades de qualquer valor.
- III. As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação serão desclassificadas.
- IV. Os crimes definidos na lei de licitações são de ação penal pública incondicionada.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) II, III e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I e III, apenas.

12. No que se refere aos Contratos Administrativos assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o regime de execução ou a forma de fornecimento não são cláusulas necessárias em um contrato administrativo.
- b) compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de contratação.
- c) o contratado não poderá oferecer a fiança bancária como forma de garantia.
- d) o prazo de início da execução do contrato não admite prorrogação.

13. Sobre as disposições da Lei 7.347/85 que disciplina a Ação Civil Pública assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- b) a ação civil pública é o meio processual adequado para se proteger o meio ambiente, o consumidor, os bens e direitos de valor artísticos, estéticos, histórico, turístico e paisagístico, à ordem econômica, à ordem urbanística, a honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, o patrimônio público e social e qualquer outro interesse coletivo ou difuso.
- c) a ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) a ação civil pública será proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

14. Nos termos da Lei 7.347/85, possuem legitimidade para propor a ação civil pública, **EXCETO**:

- a) a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- b) a Defensoria Pública.
- c) a associação que esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil, não sendo necessário que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

15. Acerca da disciplina Intervenção do Estado na Propriedade assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a servidão administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo.
- b) a requisição administrativa é uma espécie de intervenção supressiva.
- c) a intervenção restritiva é aquela em que o Estado impõe restrições e condicionamentos ao uso da propriedade, sem, no entanto, retirá-la de seu dono.
- d) a requisição administrativa poderá incidir sobre bens imóveis, móveis e serviços particulares.

16. Considere as seguintes assertivas sobre os Municípios:

- I. É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- II. Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- III. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.
- IV. O julgamento do Prefeito será perante o Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 está correto o que se afirma **APENAS** em:

- a) I e IV;
- b) II e III;
- c) I, II e III;
- d) I e II.

17. O Município de Delfim Moreira possui cerca de 8 mil habitantes. Considerada a afirmativa, é **CORRETO** afirmar que nesse Município:

- a) será observado o limite máximo de 13 (treze) Vereadores.
- b) o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) da receita.
- c) o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- d) será observado o limite máximo de 11 (onze) Vereadores.

18. De acordo com a Lei Orgânica do município de Delfim Moreira compete privativamente ao município, **EXCETO**:

- a) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- b) dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos.
- c) organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais.
- d) fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios.

19. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Delfim Moreira assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta do Prefeito Municipal ou de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- b) As leis que disponham sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração são de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.
- c) As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara Municipal.
- d) Lei que disponha de matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções é de iniciativa exclusiva da Mesa da Câmara.

20. Acerca do que dispõe o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- b) Decorridos três anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- c) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- d) Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

PROVA DE PORTUGUÊS

21. Sobre a Redação Oficial, atente-se para os itens a seguir.

- I. Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos informais e individuais.
- II. A redação oficial deve caracterizar-se pela pessoalidade, uso da linguagem informal, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
- III. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos.

Estão corretas:

- a) Todas as afirmativas;
- b) As afirmativas I e III;
- c) Somente a afirmativa III;
- d) Nenhuma das afirmativas.

22. Em relação a impessoalidade na Redação Oficial, para que haja comunicação são necessários, **EXCETO**:

- a) Alguém que comunique;
- b) Algo a ser comunicado;
- c) Alguém que receba essa comunicação;
- d) O emprego exclusivo da linguagem multimodal.

23. Em relação às afirmativas abaixo, percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

- I. da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, é sempre em nome do Serviço Público que é feita a comunicação.
- II. da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como *público*, ou a outro órgão público. Nos dois casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal.
- III. do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural que não cabe qualquer tom particular ou pessoal.
- IV. desta forma, não há nada que impeça na redação oficial impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário.

Estão corretas:

- a) Somente uma afirmativa;
- b) Três afirmativas apenas;
- c) Todas as afirmativas;
- d) Nenhuma afirmativa.

24. “Os pronomes de tratamento (ou de *segunda pessoa indireta*) apresentam certas peculiaridades quanto à concordância verbal, nominal e pronominal.” A concordância verbal se dá:

- a) na primeira pessoa do singular;
- b) na primeira pessoa do plural;
- c) na terceira pessoa do singular;
- d) na segunda pessoa do singular.

25. Em relação aos pronomes possessivos juntamente com os pronomes de tratamento, estabelece-se o seguinte:

- a) há flexibilidade no emprego da forma verbal quanto à pessoa gramatical;
- b) obedece à mesma regra dos pronomes de tratamento, referenciando à terceira pessoa gramatical;
- c) como se refere a pronomes relacionados à segunda pessoa gramatical, esta prevalece sobre as outras;
- d) apesar da flexibilidade no emprego da forma verbal, deve-se dar prioridade à omissão do pronome possessivo.

26. Em relação ao padrão ofício, há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma, sendo os mesmos:

- a) o ofício, o aviso e o memorando;
- b) a carta pessoal, o memorando e o e-mail;
- c) o ofício, o comunicado de rescisão e o aviso;
- d) o aviso, a carta pessoal e o ofício .

27. Há desvio de uma palavra no que diz respeito à ortografia em:

- a) antevéspera – continue – artifício;
- b) chefiar – atribui – dilapidar;
- c) incrustar – inigualável – miscigenação;
- d) parcimônia – possui – silvícola .

28. Quanto ao emprego do acento grave, há um emprego **INCORRETO** em:

- a) Fomos à pé até o centro.
- b) Sou favorável à sua decisão.
- c) Refiro-me à questão agrária.
- d) Deixo meus bens às minhas sobrinhas.

29. Levando em consideração o sujeito da oração, deve-se evitar construções do tipo como:

- a) É tempo *de* o Congresso votar a emenda.
- b) Apesar *das* relações entre os países estarem cortadas, (...).
- c) Não vejo mal *em* o Governo proceder assim.
- d) Antes *de* estes requisitos serem cumpridos, (...).

30. Levando em consideração a fragmentação de frase, leia os períodos a seguir.

- I. O programa recebeu a aprovação do Congresso Nacional. Depois de ser longamente debatido.
- II. O programa recebeu a aprovação do Congresso Nacional, depois de ser longamente debatido.
- III. Depois de ser longamente debatido, o programa recebeu a aprovação do Congresso Nacional.
- IV. O projeto de Convenção foi oportunamente submetido ao Presidente da República, que o aprovou. Consultadas as áreas envolvidas na elaboração do texto legal.
- V. O projeto de Convenção foi oportunamente submetido ao Presidente da República, que o aprovou, consultadas as áreas envolvidas na elaboração do texto legal.

Houve fragmentação em:

- a) Todos os períodos;
- b) Em I, II e III;
- c) Em I e IV;
- d) Em III e V.

31. Houve um deslize na comparação em:

- a) O salário de um professor é mais baixo do que um médico.
- b) O salário de um professor é mais baixo do que o salário de um médico.
- c) O salário de um professor é mais baixo do que o de um médico.
- d) O alcance do Decreto é diferente do alcance da Portaria.

32. Em todas as frases houve ambiguidade, **EXCETO**:

- a) O Ministro comunicou exoneração dele a seu secretariado.
- b) O Deputado saudou o Presidente da República, em seu discurso, e solicitou sua intervenção no seu Estado, mas isso não o surpreendeu.
- c) Roubaram a mesa do gabinete em que eu costumava trabalhar.
- d) Depois de examinar o paciente, uma senhora chamou o médico.

33. “O frio cortava naquela manhã de inverno. A rua encontrava-se bem deserta. Até os animais mais peludos preferiram recolher-se em suas tocas. _____ não deixei de fazer minha linda caminhada matutina.” A conjunção que preenche adequadamente a lacuna sem prejuízo de sentido é:

- a) Sendo assim;
- b) Porquanto;
- c) Apesar disso;
- d) Contanto.

34. Das orações abaixo, apenas uma encontra-se em desacordo à gramática normativa.

- a) Impediram-se as entradas.
- b) Resistiram-se às mudanças.
- c) Negligenciaram-se as regras.
- d) Praticaram-se as regras necessárias.

Leia o poema a seguir para responder as questões seguintes.

O amor, quando se revela
Fernando Pessoa

O amor, quando se revela,
Não se sabe revelar.
Sabe bem olhar pra ela,
Mas não lhe sabe falar.

Quem quer dizer o que sente
Não sabe o que há de dizer.
Fala: parece que mente...
Cala: parece esquecer...

Ah, mas se ela adivinhasse,
Se pudesse ouvir o olhar,
E se um olhar lhe bastasse
P'ra saber que a estão a amar!

Mas quem sente muito, cala;
Quem quer dizer quanto sente
Fica sem alma nem fala,
Fica só, inteiramente!

Mas se isto puder contar-lhe
O que não lhe ousou contar,
Já não terei que falar-lhe
Porque lhe estou a falar...

35. Levando em consideração as duas primeiras estrofes do poema pode-se **AFIRMAR** que:

- I. Podem estar se referindo às pessoas apaixonadas em geral, mas também pode se referir a uma pessoa específica.
- II. Mostram o drama interno vivido por quem ama.
- III. Indicam que revelar o amor à pessoa amada é algo muito difícil.

Estão corretas:

- a) Todas as afirmativas;
- b) Somente uma afirmativa;
- c) Apenas a afirmativa II;
- d) Apenas a afirmativa III.

36. Em relação ao modo verbal usado na 1ª e 3ª estrofes, é **CORRETO** o que se afirma:

- a) Há o emprego do modo subjuntivo na 1ª, indicando uma hipótese e o modo indicativo na 3ª indicando uma certeza do que se está sentindo.
- b) A mudança do modo verbal não interfere no contexto, uma vez que o eu-lírico em todo momento se demonstra inseguro e incerto de seu sentimento.
- c) O modo imperativo na 1ª estrofe demonstra o sentimento autoritário do eu lírico em relação a pessoa amada e o subjuntivo na 3ª estrofe já o coloca inseguro por suas atitudes.
- d) O modo indicativo na 1ª estrofe demonstra as certezas reveladas pelo eu-lírico e o modo subjuntivo na 3ª estrofe já o coloca com suas incertezas, hipóteses e condições.

37. O emprego da conjunção no início da 4ª estrofe estabelece:

- a) Uma oposição no que se pode referir à incapacidade que o eu-lírico sente de conseguir falar o que se sente para a pessoa amada.
- b) Uma contradição no que se refere à incerteza do eu-lírico na primeira estrofe de que se realmente está amando alguém.
- c) Um acréscimo no que se refere a um sentimento de um amor que o incomoda desde a sua adolescência.
- d) Uma explicação no que se refere ao sentimento de perda que eu lírico está passando pelo fato da ausência de sua amada.

38. Observe o uso do pronome nos versos a seguir:

Quem quer dizer o que sente
[...] **quem** sente muito, cala;
Quem quer dizer quanto sente

Pode-se **AFIRMAR** que o efeito produzido pelo emprego repetido desse pronome como sujeito das ações expressas pelos verbos querer, dizer, sentir e calar é:

- a) Há uma necessidade de omissão desse “quem”, pela indignação do sentimento vivido.
- b) Há uma indiferença ao ser a quem se refere, demonstrando sua repugnância.
- c) Há uma explicitação de seu desconhecimento por ser do ser que ama.
- d) Há uma generalização das ações, tornando-as indefinidas, comuns a muitas pessoas.

39. Nos últimos versos, o eu lírico revela uma solução que o mesmo encontrou para dirigir-se à amada, sendo:

- a) Expressar-se por meio dos versos;
- b) Entregar-se inteiramente por meio de um desabafo;
- c) Deixar-se levar sem nenhuma atitude precisa;
- d) Deixar-se ouvir e acolher o que a amada lhe falar.

40. Leia a primeira estrofe.

O amor, quando se revela,
Não se sabe revelar.
Sabe bem olhar pra ela,
Mas não lhe sabe falar.

Nesses versos, foi utilizado um recurso estilístico através da palavra amor, dando-lhe características próprias de seres animados, denominado:

- a) Ironia;
- b) Antítese;
- c) Personificação;
- d) Metonímia.

FISCAL DE SALA: Destaque esta folha e entregue ao candidato ao final da prova.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA. USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.